

30/10/2012

SEGUNDA TURMA

EMB.DECL. NO AG.REG. NO AG.REG. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO  
853.473 CEARÁ

RELATOR	: MIN. GILMAR MENDES
EMBTE.(S)	: ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES APOSENTADOS E PENSIONISTAS DE DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - ADAUFC
ADV.(A/S)	: RODRIGO ANTONIO MAIA BARRETO
EMBDO.(A/S)	: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFCE
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL FEDERAL

Embargos de declaração em agravo regimental em agravo de instrumento. 2. Direito Administrativo. 3. Gratificação de Estímulo à Docência – GED. Lei 9.678/98. 4. Extensão aos servidores inativos e pensionistas. Impossibilidade. Ausência de natureza genérica. Precedentes. 5. Embargos protelatórios. Imposição de multa. 6. Embargos de declaração rejeitados.

## ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os ministros do Supremo Tribunal Federal, em Segunda Turma, sob a presidência do Senhor Ministro Ricardo Lewandowski, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, rejeitar os embargos de declaração e aplicar multa, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 30 de outubro de 2012.

Ministro **GILMAR MENDES**

Relator

*Documento assinado digitalmente*

**30/10/2012**

**SEGUNDA TURMA**

**EMB.DECL. NO AG.REG. NO AG.REG. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO  
853.473 CEARÁ**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. GILMAR MENDES</b>
<b>EMBTE.(S)</b>	<b>: ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES APOSENTADOS E PENSIONISTAS DE DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - ADAUFC</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: RODRIGO ANTONIO MAIA BARRETO</b>
<b>EMBDO.(A/S)</b>	<b>: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFCE</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL FEDERAL</b>

## **RELATÓRIO**

**O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES (RELATOR):** Trata-se de embargos de declaração opostos contra acórdão desta Segunda Turma (fls. 155-159) que negou provimento ao agravo regimental em agravo de instrumento, ementado nos seguintes termos:

“Agravo regimental em agravo de instrumento. 2. Direito Administrativo. 3. Gratificação de Estímulo à Docência – GED. Lei 9.678/98. 4. Extensão aos servidores inativos e pensionistas. Impossibilidade. Ausência de natureza genérica. Precedentes do STF. 3. Discussão sobre a alteração da natureza da gratificação após a edição da Lei 11.087/05. Necessidade de rever a interpretação conferida pelo acórdão recorrido à legislação infraconstitucional. Providência vedada no âmbito do recurso extraordinário. 4. Ausência de argumentos capazes de infirmar a decisão agravada. 5. Agravo regimental a que se nega provimento”.

Em síntese, sustenta-se a necessidade de esclarecimento da prestação jurisdicional e consequente aplicação dos excepcionais efeitos infringentes ao acórdão embargado, tendo em vista a natureza genérica

**AI 853.473 AGR-AGR-ED / CE**

da Gratificação de Estímulo à Docência – GED.

É o relatório.

30/10/2012

SEGUNDA TURMA

EMB.DECL. NO AG.REG. NO AG.REG. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO  
853.473 CEARÁ

**VOTO**

**O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES (RELATOR):** Os embargos de declaração são cabíveis para sanar a ocorrência de omissão, contradição ou obscuridade da decisão embargada (art. 535 do CPC). No presente caso, não verifico nenhuma dessas hipóteses, razão pela qual manifesto o intuito protelatório do recurso.

Na realidade, a parte busca apenas a rediscussão da matéria, com o objetivo de obter os excepcionais efeitos infringentes, uma vez que esta Corte já firmou entendimento no sentido de que a Gratificação de Estímulo à Docência não possui caráter genérico, motivo pelo qual não deve ser estendida a inativos e pensionistas.

Nesses termos, tendo vista o nítido caráter protelatório dos presentes embargos, é aplicável multa processual ao recurso com caráter abusivo. Nesse sentido, entre outros, o AI-ED 526.614, rel. Min. Cezar Peluso, DJ 3.2.2006, 1ª Turma, e o AI-AgR-ED 445.399, rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ 11.3.2005, 1ª Turma, cuja ementa assim dispõe:

*“Embargos de declaração: ausência de omissão, contradição ou obscuridade no acórdão embargado: caráter protelatório: aplicação de multa de 1% (um por cento) sobre o valor da causa (C. Pr. Civil, art. 538, parágrafo único)”.*

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração e, constatada a

**AI 853.473 AGR-AGR-ED / CE**

litigância de má-fé da parte embargante, imponho multa de 1% (um por cento) do valor corrigido da causa, ficando a interposição de qualquer recurso condicionada ao depósito da respectiva quantia, nos termos do art. 538, parágrafo único, do Código de Processo Civil.



**SEGUNDA TURMA**

**EXTRATO DE ATA**

**EMB.DECL. NO AG.REG. NO AG.REG. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 853.473**

PROCED. : CEARÁ

**RELATOR : MIN. GILMAR MENDES**

EMBTE.(S) : ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES APOSENTADOS E PENSIONISTAS DE  
DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - ADAUFC

ADV.(A/S) : RODRIGO ANTONIO MAIA BARRETO

EMBDO.(A/S) : UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFCE

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL FEDERAL

**Decisão:** A Turma, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração e aplicou multa de 1% sobre o valor corrigido da causa, nos termos do voto do Relator. Ausente, licenciado, o Senhor Ministro Joaquim Barbosa. **2ª Turma**, 30.10.2012.

Presidência do Senhor Ministro Ricardo Lewandowski. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Gilmar Mendes e Cármen Lúcia. Ausente, licenciado, o Senhor Ministro Joaquim Barbosa.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Paulo da Rocha Campos.

p/ Fabiane Duarte  
Secretária